



## AO SENHOR PREGOEIRO DO SENADO FEDERAL

**Processo n.º 00200.010786/2024-01**

**Pregão Eletrônico n.º 90072/2025**

**DFCENGENHARIA LTDA**, já qualificada nos autos em referência, vem, por intermédio dos seus advogados, nos termos do Edital 90072/2025, apresentar

### **CONTRARRAZÕES**

ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa EMPOLI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### **Da tempestividade**

A Recorrida tomou ciência da interposição de recurso administrativo em 01.07.2025, Terça-feira, iniciando-se o prazo em 01.07.2025, terça-feira, de modo o prazo de 3 (três) dias úteis findará em 03.07.2025, quinta-feira.

Tempestiva, portanto, a presente manifestação.

#### **Dos fatos**

Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico<sup>1</sup>, do tipo menor preço, promovido pelo Senado Federal, para contratação de serviços de obras e reformas.

Após a apresentação da proposta e planilha de custos, o Pregoeiro determinou o envio da documentação pertinente a habilitação, que prontamente fora atendido por parte da DFC.

Atendidas e esclarecidas todas as dúvidas do pregoeiro<sup>2</sup>, a proposta foi aceita e a Recorrida foi aceita e habilitada. A Recorrente interpôs recurso

<sup>1</sup> Pregão Eletrônico nº 90072/2025

<sup>2</sup> A Recorrida, juntou a documentação requerida e esclareceu que os percentuais aplicados a título de provisionamento são atinentes ao ramo empresarial.



administrativo alegando que a proposta é inexequível porque:

Apresentou planilha de custos em que se verifica a previsão de salários para os cargos de Engenheiro(a)/Arquiteto(a) Júnior e Projetista de Segurança do Trabalho em valores inferiores ao piso salarial vigente no Distrito Federal, o que afronta a legislação federal e normas coletivas aplicáveis.

Conforme será demonstrado a seguir, não assiste razão à Recorrente e seu recurso deve ser desprovido.

## **Do mérito**

---

Passam-se a expor os argumentos jurídicos que demonstram a improcedência das razões recursais, na medida em que a proposta da Recorrida é exequível e não há qualquer violação à legislação ou princípios em questão.

### **1.1. Da exequibilidade da proposta**

---

A Recorrente afirma que a proposta apresentada pela Recorrida é inexequível em virtude de não estar de acordo com o exigido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Todavia, inviável a análise da inexequibilidade sobre o prisma deste único item.

Antes de apresentarmos as contrarrazões relacionadas ao tema de inexequibilidade é importante frisar que os valores lançados em recurso pouco dizem a respeito do que se trata visto que não demonstra calculo nem relação real com a planilha apresentada pela DFC.

Nesse ínterim, resta apenas uma afirmação equivocada, pois a inexequibilidade não pode ser presumida ou se abster de provas e constatações, devendo ser comprovada conforme jurisprudência do TCU.

*Tribunal de Contas da União. Acórdão 1678/2013 – Plenário. Relator: Benjamim Zymler, julgado em 03 de julho de 2013. (...) acolhe o argumento do consórcio vencedor no sentido de que a inexequibilidade nesses casos não deve ser presumida. A simples comparação com o preço inicialmente cadastrado pela*



*licitante não é suficiente para concluir pela inexecuibilidade(...)*

Outro julgado que reforça a natureza relativa da presunção de inexecuibilidade prevista no Art. 59, § 4º da Lei 14.133/2021 para obras e serviços de engenharia é o Acórdão TCU nº 948/2024 – Plenário.

A desclassificação por inexecuibilidade deve ser **objetivamente demonstrada**, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. (grifo nosso)<sup>3</sup>

O mero apontamento de valores na planilha apresentada não tem o condão de demonstrar a inexecuibilidade do contrato, segundo art. 12, III, da Lei 14.133/2021. Pois, apontar inexecuibilidade observando apenas dois itens é no mínimo desproporcional.

Nas palavras de Marçal Justen Filho:

*A inexecuibilidade se configura, então, como uma disparidade relevante em vista de um parâmetro determinado. A discussão sobre a inexecuibilidade será instaurada apenas quando existir uma diferença inquestionável entre o preço ofertado e os parâmetros utilizados para estimar os custos diretos e indiretos inerentes ao objeto contratual em questão.*<sup>4</sup>

É importante destacar que, **as informações constantes da proposta foram suficientes para aferir a exequibilidade do ponto de vista do Douto Pregoeiro.**

Em jurisprudência o TCU nos ensina que, caso ocorra o fato, caberá à licitante suportar o ônus decorrente de eventual erro na cotação do preço:

<sup>3</sup> Tribunal de Contas da União. Acórdão 3092/2014-Plenário. Relator: Bruno Dantas, julgado em 12 de novembro de 2014

<sup>4</sup> Justen Filho, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratações Administrativas. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2021, pág. 725.



*“.... . Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (TCU - Acórdão 2546/2015-Plenário)”*

O escopo da planilha de formação de custos é demonstrar a formação do preço ofertado, de modo que se afira a sua exequibilidade e viabilidade. **No entender do Douto Pregoeiro e de acordo com a legislação, tal fim foi devidamente atingido.**

Dessa forma, os argumentos da recorrente quanto a esse ponto não são aptos a afastar a exequibilidade da proposta da recorrida, nem comprovaram qualquer suposta ilegalidade ou inadequação contida na planilha de custos.

Ainda sobre o tema, o Tribunal de Contas dispõe:

*Acórdão TCU nº 963/2004 -Plenário*

*“(…)*

*52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. **Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.***

*(…)*

*Voto do Ministro Relator*

*(…)*

*6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade*





*técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos. (grifo)*

Dispõe-se um caso prático de forma hipotética para o caso em questão:

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

**“Acórdão TCU nº 1.791/2006 – Plenário (...)”**

**“b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja, da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver? Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:**

**1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou**

**2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.**

**Dentre essas alternativas, a (...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do**



**lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que: (grifo)**

**1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;**

**2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e**

**3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)” (todos os grifos nossos)**

Assim, resta claro que a análise da exequibilidade da proposta, tomando-se como um dos elementos as planilhas de preços, deve ser feita de forma global, considerando, além dos custos obrigatórios, o contexto operacional, econômico e financeiro em que a empresa está inserida, como sua capacidade operacional de execução contratual, a margem de lucro apresentada, análise de contratos firmados com outros órgãos da Administração Pública, dentre outros aspectos.

Convém citar o Art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, o qual prevê a necessidade de realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas quando houver indícios de preços manifestamente inexequíveis. Ou seja, não se trata apenas de condenar, mas de conceder a ampla defesa do que se está julgando.

Ressalte-se, por fim, que a recorrida apresentou proposta devidamente exequível, na qual ficou demonstrado todos os custos oriundos do objeto a ser contratado, inclusive com todos os percentuais de impostos, tributos, lucro e despesas administrativas devidamente cotados e demonstrados na planilha de custos, os quais serviram de base para o julgamento e acolhimento da proposta mais vantajosa para a Administração.

Logo, desde já a DFC esclarece que, em se tratando o caso aqui presente, os custos apresentados serão praticados de acordo com as exigências legais, bem como de acordo com a sua expertise e estratégia de mercado e, ainda,



em total adequação aos parâmetros definidos pelo Edital do Certame.

## **1.2. Do ajuste da proposta**

---

É necessário reafirmar neste momento, nosso compromisso de fornecer os serviços na forma licitada e se for por decisão do pregoeiro, podemos sim, realizar ajustes nas planilhas na forma proposta e decidida.

Não impomos quaisquer obstáculos para a realização ajustes em itens que forem julgados necessários na planilha de custos oferecida.

Sendo assim a DFC, como um gesto de boa fé e transparência se dispõem ao envio de documentos e demais itens que se fizerem necessários.

No entanto, encontro espaço para citar julgado do TCU, em que a admissão de juntada de documentos que “venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)”. (TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021).

É evidente que a DFC preencheu sua planilha de custos devidamente, de acordo com o Edital, Termo de referência e planilhas, realizou todas as diligências requeridas, conseqüentemente foi habilitada.

A Recorrente põe sua tese de que a proposta apresentada pela DFC é inexecutável, porém, já foi demonstrado que não dará frutos.

Se há defeito na proposta este é meramente formal, não justificando a desclassificação do licitante.



Portanto, não há que se falar em desclassificação de uma proposta altamente razoável e vantajosa ser descartada, em descumprimento aos princípios da proporcionalidade e eficiência, por pontos totalmente destituídos de relevância diante da contratação.

### **Da conclusão**

Os custos apresentados estão de acordo com as exigências legais, bem como de acordo com a expertise e estratégia de mercado da recorrida e, ainda, em total adequação aos parâmetros definidos pelo Edital do Certame.

Os apontamentos apresentados no recurso administrativo indicam inconsistências insustentáveis em seus argumentos bem como meramente formais, e que facilmente podem ser sanadas se fosse o caso, já que não possuem o condão de macular o processo licitatório.

Ante o exposto, requer-se o conhecimento e acolhimento das presentes contrarrazões, para negar provimento ao recurso administrativo. Assim, com base nos princípios da eficiência, da razoabilidade e da proporcionalidade manter-se a habilitação e contratação da Recorrida.

Brasília, 3 de julho de 2025.

*Diego Fernandes Camelo*  
DFC ENGENHARIA LTDA  
34.078.794/0001-28